
DESENVOLVIMENTO, PROFISSIONALISMO E ECONOMIA DA CULTURA: DESAFIOS PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS GESTORES CULTURAIS NO ESTADO DE GOIÁS*

Aline Tereza Borghi Leite, Juliano de Castro Silvestre

Resumo: nas últimas décadas, as cidades têm desempenhado um novo papel na economia global, ocupando uma centralidade e alterando a territorialidade e a geografia do poder, em razão da globalização e do incremento do setor de serviços. Nesse panorama, a cultura constitui-se como um elemento de considerável importância para o desenvolvimento econômico e social das cidades. O Brasil das “belas-artes”, da música erudita e das expressões culturais, que estava restrito a pequenos grupos, tem se transformado à medida que mais grupos sociais produzem e consomem cultura. Em suas várias linguagens e modalidades, a cultura se tornou um bem simbólico tangível, capaz de gerar renda e empregos, contribuindo para o desenvolvimento social, humano e sustentável. O objetivo do artigo é discutir como se relacionam as dinâmicas da globalização da economia e o papel desempenhado pelos grandes centros urbanos, articulando desenvolvimento e profissionalização no campo da cultura, apontando os caminhos para a profissionalização das carreiras e seus efeitos para a Economia da Cultura. Nesse cenário, o incentivo de políticas públicas culturais às cidades firma-se como uma boa estratégia de crescimento e de geração de emprego.

Palavras-chave: Cidades. Desenvolvimento. Economia da cultura. Profissionalização. Profissão. Goiás.

DEVELOPMENT, PROFESSIONALISM AND ECONOMY OF CULTURE:
CHALLENGES FOR THE PROFESSIONALIZATION OF CULTURAL
MANAGERS IN THE STATE OF GOIÁS

Abstract: in the last decades, cities have played a new role in the global economy, occupying a centrality and changing the territoriality and geography of power, due to globalization and the increase of the service sector. In this context, culture constitutes an element of considerable importance for the economic and social development of cities. Brazil's “fine arts”, erudite music and cultural expressions,

which was restricted to small groups, has been transformed as more social groups produce and consume culture. In its various languages and modalities, culture has become a tangible symbolic good, capable of generating income and jobs, contributing to social, human and sustainable development. The objective of this article is to discuss how the dynamics of the globalization of the economy and the role played by the great urban centers are related, articulating development and professionalization in the field of culture, pointing out the paths for professionalization of careers and their effects for the Economy of Culture. In this scenario, the incentive of cultural public policies to cities is a good strategy for growth and job creation.

Keywords: Cities. Development. Culture Economy. Professionalization. Professionalism. Goiás.

DESARROLLO, PROFESIONALISMO Y ECONOMÍA DE LA CULTURA: DESAFÍOS PARA LA PROFESIONALIZACIÓN DE LOS GESTORES CULTURALES EN EL ESTADO DE GOIÁS

Resumen: en las últimas décadas, las ciudades han desempeñado un nuevo papel en la economía global, ocupando una centralidad y alterando la territorialidad y la geografía del poder; en razón de la globalización y del incremento del sector de servicios. En este panorama, la cultura se constituye como un elemento de considerable importancia para el desarrollo económico y social de las ciudades. El Brasil de las “bellas artes”, de la música erudita y de las expresiones culturales, que estaba restringido a pequeños grupos, se ha transformado a medida que más grupos sociales producen y consumen cultura. En sus diversos lenguajes y modalidades, la cultura se ha convertido en un bien simbólico tangible, capaz de generar ingresos y empleos, contribuyendo al desarrollo social, humano y sostenible. El objetivo del artículo es discutir cómo se relacionan las dinámicas de la globalización de la economía y el papel desempeñado por los grandes centros urbanos, articulando desarrollo y profesionalización en el campo de la cultura, apuntando los caminos para la profesionalización de las carreras y sus efectos para la Economía de la Cultura. En este escenario, el incentivo de políticas públicas culturales a las ciudades se firma como una buena estrategia de crecimiento y de generación de empleo.

Palabras clave: Ciudades. Desarrollo. Economía De La Cultura. Profesionalización. Profesionalismo. Goiás.

O presente artigo trata da importância do setor cultural para a economia brasileira e para o desenvolvimento econômico e social das cidades, entendidas como espaços de produção e consumo de bens culturais, simbólicos e artísticos. A cultura é um relevante setor de atividade econômica das cidades, capaz de suscitar bons resultados sobre o meio urbano, e para a geração direta e indireta de empregos. O campo da cultura e das artes também se destaca como um elemento fundamental nos processos de revitalização de espaços públicos, alterando a territorialidade e os espaços de poder nas cidades.

A relevância do setor cultural está ligada ao incremento do setor de serviços nas últimas décadas e está contextualizada a partir de um processo de ressignificação no interior do sistema produtivo internacional. Como afirma Saskia Sassen (1996, 1998), as chamadas “cidades globais” estão transformando a geografia do poder mundial, por meio da intensificação das transações, sobretudo através dos mercados financeiros, de investimentos e de fluxos de serviços. A autora descreve que as transformações na economia mundial conduziram a uma crise da centralidade econômica das metrópoles que perderam o controle sobre as atividades industriais, já que as empresas, em face do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, passaram a dispor de maior flexibilidade para escolher os lugares de menor custo para suas sedes. Como resultado, a crise fiscal, o aumento do desemprego, a ausência de solução para

os problemas urbanos, somaram-se aos demais como elementos preocupantes que colocavam em xeque o futuro das metrópoles. Ocorre, então, uma mudança no perfil das metrópoles que, em substituição às atividades industriais, passaram a sediar empresas de prestação de serviços altamente especializados, ligados em sua maioria ao setor financeiro e da informação.

Este artigo insere-se na economia da cultura ou economia criativa, interconectando as atividades e os campos do planejamento urbano, desenvolvimento, sociologia das profissões e artes e cultura. Está dividido em quatro seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, far-se-á uma apresentação de como se articulam profissionalismo e o campo cultural, com enfoque para o conceito de profissionalismo, o processo de profissionalização e as reflexões acerca das dificuldades do grupo da área de cultura e artes de se profissionalizarem. Em seguida, destaca-se a importância do setor cultural especificamente no Estado de Goiás. A Cidade de Goiás será apresentada para ilustrar como exemplo de uma cidade cultural e artística, que aprendeu a ser empreendedora, buscando compreender a produção cultural e artística como uma alternativa para a desocupação profissional e econômica. No terceiro item, o enfoque é direcionado à profissionalização dos gestores culturais e seus reflexos para o desenvolvimento regional. A quarta seção, por fim, traz reflexões sobre as políticas públicas neste campo.

PROFISSIONALISMO E CULTURA

Quais são as contribuições do setor cultural e das artes para o desenvolvimento regional? Em que medida artistas, atores, produtores e gestores culturais são profissionalizados? Há funções que somente os profissionais da área podem realizar? Qual é a importância do processo de profissionalização para a valorização dos profissionais?

Os estudos sobre as profissões em geral podem contribuir significativamente para a profissionalização dos grupos envolvidos nas atividades ligadas às artes e cultura. Para Freidson (1996, 2001), a profissão constitui um tipo específico de trabalho especializado. A profissão é um tipo de trabalho formalmente recompensado, realizado em tempo integral. É uma atividade desempenhada na economia reconhecida oficialmente. Uma profissão diz respeito a uma especialização, isto é, “um conjunto de tarefas desempenhadas por membros da mesma ocupação, ou donos do mesmo ofício” (FREIDSON, 1996, p. 142). Sendo assim, a profissão é de caráter especializado, de base teórica, e apenas seus membros têm competência para julgar sobre uma área do saber.

Segundo este autor da área da Sociologia das Profissões, a relevância social do processo de profissionalização pode ser atestada em face de a profissão ser percebida como um tipo de ocupação que conseguiu mobilizar recursos sociais que a distinguem dos demais tipos de trabalho. Em geral, uma profissão depende e está associada à ciência, em termos de reconhecimento e prestígio social. Portanto, a profissão definida como uma ocupação reconhecida oficialmente distingue-se por sua posição elevada nas classificações da hierarquia ocupacional, em razão do tipo de conhecimento e de habilidade exigidos para seu desempenho. Nessas condições, o profissionalismo pode ser definido

por meio das circunstâncias típico-ideais que permitem que os profissionais mobilizem recursos capazes de fazê-los controlar seu próprio trabalho e, assim, criar e aplicar aos assuntos humanos o discurso, a disciplina ou o campo particular sobre os quais têm jurisdição (LEITE, 2015).

Conforme a definição de Freidson (1996), a profissão, entendida em sua dimensão típico-ideal, pode ser considerada como uma ocupação que utiliza um corpo especializado de conhecimentos e qualificações, que é reconhecida oficialmente, dentro de um mercado formal, e é fundamentada em conceitos e teorias abstratos. Além disso, a profissão detém jurisdição sobre um corpo especializado de conhecimentos e qualificações, bem como o controle ocupacional da prática desse corpo de conhecimentos e qualificações no mercado de trabalho, através da reserva de mercado de trabalho.

De acordo com Freidson (2001, 1996), o profissionalismo pode ser considerado como uma terceira lógica de organização da divisão do trabalho. Ao contrário do que ocorre na lógica de livre-mercado e na lógica burocrática, sob a lógica do profissionalismo, as profissões estabelecem e controlam sua própria divisão do trabalho.

Como afirma Svensson (2015), a heterogeneidade é uma marca das ocupações em arte e cultura. Grande parte das ocupações nesta área estão fortemente dependentes das demandas de mercado, sendo objeto de agressiva intervenção de mercado, o que retira a autonomia, independência econômica e possibilidade de profissionalização deste grupo, comprometendo sua liberdade como artistas individuais e, certamente, impactando sobre sua valorização profissional.

Dessa forma, há três métodos particulares que podem ser utilizados para constituir e organizar a divisão do trabalho, num contexto histórico específico, conforme o exercício do poder político e econômico. São eles: 1) método ocupacional de controle do trabalho; 2) controle da seleção e da organização dos trabalhadores pelas escolhas dos consumidores individuais no livre-mercado; 3) controle dado por uma administração monocrática e racional-legal externa à profissão (FREIDSON, 1996). A lógica do livre-mercado é regida pela competição entre os prestadores de serviço que são escolhidos livremente pelos consumidores. Nestas circunstâncias, o controle é exercido pelos consumidores, enquanto na lógica burocrática, o controle é exercido pelo Estado. No profissionalismo, por outro lado, o controle do mercado é exercido pelos pares, que têm autonomia para tomar decisões e independência em relação aos consumidores e ao Estado. Esse controle ocupacional do mercado é feito por meio do credenciamento, o que garante a autonomia da profissão em relação aos interesses do mercado, dos consumidores ou do Estado (LEITE, 2015).

O controle ocupacional do próprio *status* no mercado de trabalho pode ser feito pelo treinamento vocacional. No modelo de ofício, o sistema de treinamento é realizado no local e no mercado de trabalho. O treinamento vocacional consiste no elemento central para distinguir as formas de controle ocupacional de profissões e ofícios à medida que acentua as diferenças quanto ao conteúdo do treinamento oferecido e à natureza da credencial obtida. No modelo profissional típico, característico das profissões, o treinamento é institucionalizado, o que resulta na criação e extensão do discurso, das disciplinas e dos campos. Os profissionais possuem conhecimento abstrato e autoridade sobre um campo do saber especializado, obtido fora do mercado de trabalho, nas

Instituições de Ensino Superior. De um modo geral, nas sociedades contemporâneas, as profissões exercem seu controle sobre a prática profissional com base na exigência de credenciais obtidas no ensino superior. Sob a lógica do profissionalismo, então, as credenciais exigidas comprovam o domínio da *expertise* dos profissionais e asseguram uma reserva de mercado capaz de restringir o mercado de trabalho aos profissionais credenciados (LEITE, 2015).

Assim, determinado grupo profissional é valorizado e pode ter uma reserva de mercado, se for entendido como importante socialmente que o mercado de trabalho seja circunscrito aos profissionais devidamente credenciados. Nesse sentido, é a formação acadêmica que pode conferir uma exclusividade ao profissional. O controle ocupacional de uma divisão do trabalho requer, portanto, o controle de seu mercado de trabalho. Na verdade, podemos afirmar que o profissionalismo consiste num elemento capaz de legitimar práticas profissionais que exigem uma reserva de mercado, o que ocorre quando, a partir do controle ocupacional de seu próprio mercado de trabalho, a profissão consegue convencer a sociedade de que apenas seus profissionais especializados podem ter o domínio exclusivo da atividade.

No caso das profissões tradicionais, como Direito e Medicina, o controle do mercado de trabalho está assegurado aos seus profissionais por meio da OAB e do CFM. Estas organizações têm legitimidade para autorregular os profissionais, baseando-se no modelo de profissionalismo, em detrimento do burocrático e do de mercado. Assim, nas profissões liberais, os diplomas, que se constituem como credenciais para os profissionais atuarem de forma legítima no campo profissional, e os Conselhos Federais servem como instrumentos legais para delimitar a atividade, ao assegurar uma reserva de mercado aos profissionais. Por não ter a posse de um monopólio sobre uma área de conhecimento, o que tornaria fechado o campo profissional somente a seus membros, estabelecendo concretamente os limites entre os profissionais e os leigos, a ocupação dos artistas tem seu caráter profissional frequentemente colocado em discussão. O que se questiona é: até que ponto os artistas têm uma *expertise*, uma capacitação técnica e específica que pode ser reconhecida como um saber monopolizado por seus profissionais. Este grupo profissional não possui o domínio especializado sobre sua profissão, por não possuírem uma reserva de mercado de trabalho (LEITE, 2015).

Este modelo de profissionalismo tem graves efeitos sobre a valorização do profissional, sua qualificação, o processo de profissionalização e a proteção de seu emprego. Isso porque as estratégias do ensino das profissões são, em geral, mais eficazes do que os métodos dos ofícios de controlar a prática das qualificações e os termos de seu emprego (FREIDSON, 1996).

Por fim, outra questão importante é que em geral os empregos destinados a este grupo de artistas e profissionais da cultura são em sua maioria precários, sendo que a precariedade dos vínculos, contratos e condições de trabalho está ligada à falta de previsibilidade e de segurança no trabalho, sendo também observadas em razão da desvalorização destes profissionais. A fim de incrementar o valor social de seu trabalho, o grupo profissional dos artistas deveria, nesse sentido, fazer uso estratégico do capital simbólico e capital social, inserindo-se no campo da produção do conhecimento e informação. Áreas de

inovação, empreendedorismo e marketing poderiam contribuir de forma expressiva para a profissionalização do referido grupo, conferindo reserva de mercado e profissionalismo.

A IMPORTÂNCIA DO SETOR CULTURAL NO ESTADO DE GOIÁS

As primeiras ações voltadas à cultura no Brasil partiram do Governo Vargas (1930-1945), com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Somente em 1985 durante o Governo José Sarney (1985-1990) surge o Ministério da Cultura desmembrando as suas funções do Ministério da Educação. Pode-se afirmar que raras ações foram desenvolvidas no Ministério, em razão dos poucos recursos, clientelismo e disputas políticas.

Já em 1991, no Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) promulga-se a Lei de Apoio e Incentivo à Classe Cultural Artística – conhecida como a Lei Rouanet. A União transfere os seus deveres constitucionais de investimento em cultura para a iniciativa privada. A curadoria, a seleção e a indicação de quais as regiões ou cidades que terão apoio, via renúncia fiscal¹ passa ao controle das empresas. Esta é uma das críticas da classe cultural, em razão das empresas, quase exclusivamente, apoiarem projetos culturais do eixo Rio-São Paulo, com um olhar mais mercadológico do que cultural ou simbólico. E, por outro lado, as demais regiões do país, por possuírem um mercado consumidor menor e de baixo poder aquisitivo não recebem recursos via renúncia fiscal do Imposto de Renda das Empresas optantes pelo lucro real.

Atualmente, o Estado de Goiás ocupa a nona posição na geração de riquezas de bens e serviços do Brasil. O Estado passou de uma economia baseada quase exclusivamente na pecuária e agricultura, até a década de 1990, para atualmente apresentar-se como capaz de atrair investimentos: “PIB de Goiás chega a R\$ 165 bilhões e se firma como a 9ª economia estadual. O crescimento no setor de serviços, o que detém a maior participação (65,6%) (...) foi puxado pelos segmentos de informática, **artes, cultura**, esporte e recreação (...)”. [Grifo nosso] (O Popular, 28 de novembro, 2016).

Pode-se dizer que os mecanismos fiscais utilizados pelo Governo de Goiás buscaram diversificar e conduzir à industrialização de algumas áreas do Estado. As regiões Sul e Sudeste, por exemplo, experimentaram melhorias nos seus indicadores socioeconômicos. Porém, o desenvolvimento regional não foi equânime. Pequenos territórios desenvolvidos economicamente, em contraste com o restante, subdesenvolvido em infraestrutura e na precária oferta de serviços públicos. A partir do ano 2000, com uma política agressiva de resgate da cultura e da regionalidade história e cultural de Goiás, o governo passa a investir em eventos culturais nas pequenas e médias cidades goianas. Nesse sentido, a criação da AGETUR² (Agência Goiana de Turismo) e AGEPEL³ (Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira) foram fundamentais para o desenvolvimento cultural no Estado.

Na Cidade de Goiás - antiga capital do Estado – houve o primeiro e grande movimento para incentivar as economias locais. Em 2001, a história cultural, a arquitetura colonial e as ruas com calçamento de pedra foram fundamentais para o reconhecimento da

Cidade de Goiás como Patrimônio Histórico da Humanidade concedido pela UNESCO⁴. Com este incentivo e apoio dos poderes públicos juntamente à iniciativa privada, demandou-se mais significativamente profissionais culturais no Estado. Produtores, Gestores, Administradores, Contadores e Advogados, além de uma demanda maior por Atores, Diretores e Técnicos, constituem os profissionais que receberam um novo nicho de mercado de trabalho com o incremento considerável de vagas no campo cultural.

Sendo assim, por que, com o mercado em ascensão, gestores, produtores, artistas e técnicos ainda trabalham na informalidade ou no amadorismo desprezando conceitos e técnicas gerenciais e políticas públicas de formalização? Esta abordagem procura discutir esta problemática, longe de apontar soluções, mas de buscar um caminho que passe pela valorização, profissionalização e oferta de cursos na área, com o objetivo de demonstrar a força da Economia da Cultura no desenvolvimento social, econômico, sustentável e humano nas pequenas e médias cidades de Goiás.

PROFISSIONALIZAÇÃO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os pequenos empreendimentos, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) já representam aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil – somatório de todas as riquezas produzidas no país. Segundo a Secretaria da Micro e Pequena Empresa do Governo Federal, em 2014, as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 84% da geração de empregos:

[...] as atividades artísticas, tidas até há bem pouco tempo como a cereja que enfeitava a torta, como consumidores de recursos sem retorno material, em virtude de sua crescente importância econômica já despontam como opção preferencial de desenvolvimento de Municípios e até de Estados (CUNHA FILHO, 2002, p. 56).

A perspectiva de entender esse tema da profissionalização cultural perpassa por vários conceitos e ideologias. Ideologia, na forma como muitos profissionais da arte e da cultura percebem a arte, não como um bem com alto valor agregado, mas somente uma forma de manifestação e protesto. E conceitos, pela dificuldade em padronizar um significado para a cultura, num país em que cada estado tem suas regionalidades e ressignificações artísticas e patrimoniais bem distintas.

Observa-se que o grupo profissional da área cultural e artística ainda é pouco representativo nas informações das micro e pequenas empresas. Poucos percebem essa mudança do conhecimento como um fator de diferenciação. Dentro da classe artística e cultural são comuns estes tipos de afirmações: i) “Nós artistas não gostamos de burocracia, excesso de papel” ii) “quem é criativo não domina o ofício da gestão e da organização”. Desse modo, a Gestão de Carreira é uma expressão que passa bem longe da maioria dos grupos de arte na cidade de Goiânia. Pensar de forma sistêmica e planejar a sua carreira profissional são assuntos que não predominam nas relações pessoais e interpessoais da classe. Definir metas, estratégias e ações para alcançarem os seus objetivos profissionais, em geral, não é o foco dos artistas.

Segundo a OBEC (Observatório Brasileiro da Economia Criativa – GO) foi identificado na RAIS⁵ 2015, a quantidade de 100 (cem) produtores no Estado de Goiás. Esses números refletem a realidade goiana na área de produção e gestão cultural, ou seja, poucos profissionais e muitos trabalhadores informais. Nas administrações públicas, os cargos de gestores são ocupados por profissionais que, às vezes, não são da área ou não possuem habilidade de gestão cultural.

Na iniciativa privada, os grandes eventos culturais realizados em Goiás pouco se utilizam de mão de obra local. A possibilidade, mais viável e prática, de discutir essa problemática é o investimento em cursos de formação ou aperfeiçoamento na área cultural. A este respeito, o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, foi uma das primeiras pessoas a levantar este debate sobre a profissionalização da mão de obra cultural. Durante discurso em aula inaugural de Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense, Gil apontou para o cerne do problema da gestão cultural: “Um dos desafios centrais para o fortalecimento da produção e da difusão de bens e serviços culturais no Brasil é a capacitação profissional e, nesse processo, a universidade é fundamental” (MINC, 2006). Na gestão de Gilberto Gil⁶ houve incentivos de parceria com o MEC (Ministério da Educação) na intenção de promover cursos de qualificação e capacitação profissional para a área cultural. Porém essa intencionalidade não conseguiu mudar o cenário atual da gestão cultural no país e nem em Goiás.

Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2015) aponta para um PIB da Economia da Cultura na ordem de R\$126 bilhões. Em Goiás, não existem esses dados consolidados. O que pode ser apurado são dados de pesquisas realizadas pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB. O Estado de Goiás, de acordo com o IBGE (2016) tem aproximadamente 6,5 milhões de habitantes. São 246 municípios goianos, com características e vocações culturais diferentes. Deste quantitativo, o IMB identificou que 63% dos municípios goianos possuem até 10.000 habitantes. A este respeito, de acordo com Moysés (2010):

Segundo o Censo 2010, a população metropolitana é constituída de 2.173.141 habitantes, distribuída num território de aproximadamente 7.315,1 km², o que lhe confere uma densidade demográfica aproximada de 297,07 hab/km². Incluindo a população de Anápolis, de 334.613 mil habitantes, a população da região alcança 2.507.754 habitantes, significando que 41,76% da população do Estado vivem em 21 municípios (8,53% dos municípios goianos), os quais distam no máximo 50 Km do pólo metropolitano.

A Região Metropolitana de Goiânia⁷ (RMG) concentra quase toda a economia, o desenvolvimento e o crescimento econômico, excetuando-se as cidades de Rio Verde e Jataí localizadas na Região Sudeste de Goiás e com altas taxas de crescimento devido à força do agronegócio. Contudo, este desenvolvimento apenas “local”, fragmentado e concentrador, não é capaz de gerar desenvolvimento para o restante dos outros municípios. Grandes indústrias não são atraídas para estas pequenas cidades. Não há infraestrutura completa, mão de obra qualificada e atrativos financeiros. Cabe ao gestor público explorar a maior riqueza do século XXI: a produção de conhecimento.

Nesse cenário, a cidade de Goiás, patrimônio Histórico da Humanidade, localizada a 140Km da capital, experimentou nos últimos cinco anos uma melhora no seu Índice de

Desempenho. Este parâmetro mapeia todas as atividades desenvolvidas pelo município. Desde 2001, quando foi concedido o título de patrimônio cultural pela UNESCO⁸, a cidade que leva o mesmo nome do Estado pôde desenvolver sua vocação cultural e artística com mais ênfase.

Tabela 1: I D M - Índice de Desempenho dos Municípios - IDM - Geral

Município	Ano	IDM GERAL	IDM Econômica	IDM Educação	IDM Infraestrutura	IDM Saúde	IDM Segurança	IDM Trabalho
Goiás	2012	4,74	1,07	6,06	4,54	8,38	6,49	1,91
	2016	4,90	1,78	4,95	5,04	8,45	6,77	2,41

Fonte: Instituto Mauro Borges - IMB

Esta tabela segue uma escala de 0-10, sendo zero o mínimo e dez o máximo nas atividades e serviços desenvolvidos pelo município. Vale ressaltar que a cidade de Goiás teve um aumento de 0,24 no seu índice geral de desempenho. E mais importante notar que no IDM Trabalho, a cidade conquistou um aumento de 26%. São fatores que nos levam a afirmar que a Economia da Cultura quando bem trabalhada e planejada por todos os interessados tem a capacidade de atrair investimentos, gerar renda e emprego para os seus moradores, diminuindo a migração para as grandes cidades.

A criação de Festivais como o Festival Internacional de Cinema e Vídeo (FICA), a instalação do Instituto Federal de Goiás com cursos voltados para a área de cinema e artes bem como a Universidade Estadual de Goiás (UEG), combinados ao interesse da população local em se profissionalizar e empreender tornaram a cidade rota turística não só dos goianos, mas de todo o Brasil e do exterior. Este tipo de iniciativa combinada com o apoio dos governos (municipal, estadual e federal) correspondem a exemplos de políticas públicas regionais que deram certo. Segundo o Censo do IBGE (2010), a cidade conta com aproximadamente 24 mil habitantes. Mas em épocas de festas, shows e feriados prolongados esta população flutuante aproxima-se dos 100 mil.

Além disso, dados extraídos da RAIS⁹ 2015 mostram que o grupo de trabalhadores que mais cresceu foi o de profissionais das ciências e das artes, no Estado de Goiás, um aumento de 15,07% no estoque, saldo de 21.277 vínculos, a maior parte (76,69%) de trabalhadores do sexo feminino, conforme Figura abaixo retirada do site do IMB.

Com 5.570 municípios espalhados pelo território brasileiro, a questão da gestão cultural passa a se constituir como um dos principais eixos de crescimento e desenvolvimento regional para a maioria dos pequenos e médios municípios. Isso prova que investir em ações culturais fazendo-se uso de características regionais do território e da comunidade, constituem uma boa alternativa para superar os graves problemas socioeconômicos que muitos municípios vivenciam.

Tabela 2: Tabela de estoque, saldo e remuneração de empregos formais em Goiás em 2015

Grupo	CBO 2002 Gr Grupo	Masculino			Feminino		
		Estoque	Saldo	Remun. Média	Estoque	Saldo	Remun. Média
1	Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	43.487	1.623	R\$ 4.188,20	38.139	2.765	R\$ 2.988,58
2	Profissionais das Ciências das Artes	53.953	4.960	R\$ 5.768,79	108.525	16.317	3.953,14
3	Técnicos de Nível Médio	53.213	1.435	R\$ 2.899,89	67.078	2.040	R\$ 2.351,16
4	Trabalhadores de Serviços Administrativos	130.581	-3.602	R\$ 2.197,28	199.232	-6.047	R\$ 1.697,00
5	Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	173.313	-249	R\$ 1.574,97	176.726	-7.612	R\$ 1.184,60
6	Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca.	70.606	-530	R\$ 1.588,19	10.254	-466	R\$ 1.097,42
7	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (operadores de instalações e máquinas montadores)	219.418	-15.585	R\$ 1.648,78	35.777	-3.639	R\$ 1.036,73
8	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (Trabalhadores qualificados, operários e artesãos das artes mecânicas e outros ofícios)	48.126	-2	R\$ 1.892,27	16.263	-138	R\$ 1.290,25
9	Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	36.754	-1.466	R\$ 2.238,26	3.133	-338	R\$ 1.134,60
	Total	844.185	-16.209	R\$ 2.312,08	657.212	3.074	R\$ 2.026,07

Fonte: Site do IMB

REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Goiânia, localizada no centro do País, tem uma população, segundo o IBGE (2016) estimada em 1 milhão e 448 mil habitantes. Com apenas 83 anos de fundação, a cidade de Goiânia, de acordo com levantamentos da OBEC (2015), possui atualmente dezenove espaços culturais, entre Teatros e Espaços Multiuso. Essa quantidade de locais públicos e privados não são totalmente utilizados pelos artistas e produtores de Goiânia, em virtude de os espetáculos não terem continuidade, ou seja, são apresentados apenas num único dia. Esta questão levanta o problema da formação de plateia. Como exigir do público presença se não há espetáculos todos os dias? Não existe fidelização, quando o que se apresenta a este consumidor, geralmente são espetáculos cuja temática não dialoga com o espectador.

Esta falta de qualidade dos produtos culturais ofertados faz desanimar e afugentar boa parte do público goianiense. Cunha Filho (2002, p. 53) aponta um caminho em que

produtos e serviços culturais têm o objetivo de “melhorar a vida urbana”. Entretanto, percebe-se que os espetáculos em Goiânia são vistos por poucas pessoas em razão da inexistência de divulgação e promoção e principalmente da incapacidade de entender os novos anseios desta sociedade moderna.

A administração municipal de Goiânia investe 1,3% das suas receitas para a área cultural, conforme Lei 7.957/2000 e suas alterações. Tais receitas são oriundas da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) através da renúncia fiscal. Os projetos são contemplados através de Edital lançado anualmente. No ano de 2016, o total destas receitas disponibilizado pela Prefeitura de Goiânia foi à ordem de R\$5.605.867,64 (cinco milhões seiscentos e cinco mil oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos). Porém os produtores e agentes culturais alegam dificuldades em captar estes recursos no mercado, em razão do desconhecimento deste mecanismo de incentivo por parte da maioria dos empresários. E os poucos que conhecem acabam direcionando para “produtores amigos”. Os poucos recursos e ainda concentrados em um pequeno número de empresários investidores geram espetáculos com qualidade aquém do esperado e pouco envolvimento do público.

Levantamento feito no Portal da Transparência, do Governo Federal mostra em 2016, um orçamento de quase R\$ 1 bilhão e 254 milhões de reais para o Ministério da Cultura. Aprofundando estes dados, nota-se que as suas despesas ultrapassaram neste mesmo período a quantia aproximada de R\$ 672 milhões de reais. Observa-se que a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), que tem o objetivo de fomentar a arte no Brasil, gastou na alínea 31 (Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras) aproximadamente R\$ 31 milhões de reais em prêmios. Esse resultado representa aproximadamente 1,5% das despesas do Ministério. Esses dados comprovam que os gastos obrigatórios com despesas de pessoal e encargos comprometem quase toda a receita do Ministério da Cultura. Sobra muito pouco para fomentar ações e programas culturais pelo Brasil. E este efeito é sentido em cascata pelos Estados e Municípios brasileiros.

Portanto, os gestores públicos, principalmente das pequenas e médias cidades brasileiras precisam apoiar e promover a classe cultural da sua cidade ou região. Este incentivo tem um retorno rápido para a cidade. Eventos com qualidade e bem divulgados - caso do Festival Gastronômico de Nova Veneza que resgata a origem italiana da cidade do interior de Goiás - permitem o desenvolvimento econômico e social além da divulgação positiva na economia da cidade. Quando um empreendimento é bem estudado e produzido, há qualidade, gestão e profissionalismo, a resposta do público é positiva. Mas, para isso acontecer precisamos cada vez mais de profissionais atuando no mercado cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia da Cultura, que envolve a Economia Criativa ou Colaborativa, aponta para uma tendência de expansão e aprimoramento. Grandes empresas estão sendo substituídas por micro e pequenas empresas. Cada vez mais jovens “pulam etapas” e se tornam empreendedores até mesmo antes de concluir o Ensino Médio. Essa particularidade realça a Economia da Cultura como uma tendência de modernidade e flexibilidade.

A profissionalização dos agentes culturais não é o único caminho para o desenvolvimento regional, mas se constitui como o principal no apoio e na disseminação da arte e cultura, como geradores de emprego, valorização profissional, reconhecimento do valor profissional e elevação de recursos públicos através do recolhimento dos impostos, na medida em que os empreendimentos culturais e artísticos tornam-se um modelo de geração de emprego e renda, contribuindo para a revitalização e reocupação de espaços públicos.

Ademais o século XXI é denominado como a Era da Informação e Conhecimento. O grande capital foi substituído pela da inovação, criatividade e proatividade. Habilidades que estão muito associadas ao campo da arte e cultura, visto que é expressivo o poder de criação, adaptação e construção subjetiva e simbólica destes profissionais. No entanto, a profissionalização ainda é um espaço pouco explorado e muitos permanecem na condição de amadores ou como trabalhadores informais e precários. Cursos de gestão, aprimoramento e qualificação começam a surgir no mundo acadêmico, o que seria uma demanda para o processo de profissionalização deste campo. Nesse sentido, é relevante disseminar a arte e a cultura como uma grande força motriz para o desenvolvimento regional de cidades e regiões, e com isso, demonstrar aos gestores – públicos e privados – que investir em cultura é uma forma de alavancar o desenvolvimento regional em pequenas e médias cidades.

Notas

- 1 A Lei 8.313/91 é uma homenagem a Sérgio Paulo Rouanet que foi secretário de cultura no Governo Collor. Pessoas Jurídicas e Físicas podem abater até 4% e 6%, respectivamente, do seu Imposto de Renda para incentivos a projetos culturais.
- 2 Criada pela Lei 13.550 de 11 de novembro de 1999.
- 3 Idem. Em 2014, a pasta da Cultura do Governo de Goiás é extinta e cria-se uma superintendência executiva dentro da Secretaria de Educação, de acordo com a Lei 18.746 de 29 de Dezembro de 2014.
- 4 Organismo da ONU – Organização das Nações Unidas – criada em 16 de novembro de 1945, que trata da Educação, Ciência e Cultura nos países-membros.
- 5 Relação Anual de Informações Sociais. Relatório solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego às pessoas jurídicas com informações socioeconômicas dos seus colaboradores.
- 6 Ministro da Cultura (2003 -2008) no Governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.
- 7 A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) foi criada pela Lei Complementar nº 27 de 30/12/1999, e é composta por 20 municípios: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela vista de Goiânia, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás, Trindade. Fonte: Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos. Disponível em <<http://www.secima.go.gov.br/post/ver/212374/o-que-e-a-regiao-metropolitana-de-goiania>>. Acesso em: 22 jun. 2017.
- 8 Organismo da ONU – Organização das Nações Unidas – criada em 16 de novembro de 1945, que trata da Educação, Ciência e Cultura nos países-membros.
- 9 Relação Anual de Informações Sociais. Relatório solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego às pessoas jurídicas com informações socioeconômicas dos seus colaboradores.

Referências

BRASIL. Portal da Transparência. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalComprasDiretasOEElementoDespesa.asp?Ano=2016&CodigoOS=42000&CodigoOrgao=42205&CodigoUG=403201&Pagina=2>>. Acesso em: mar. 2017.

COSTA, L. F. Profissionalização da organização da cultura no Brasil: uma análise da formação em produção, gestão e políticas culturais. 2011. 239 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação,

Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

CUNHA FILHO, F. H. Teoria e prática da gestão cultural. Fortaleza: UNIFOR, 2002.

FREIDSON, E. Professionalism: the third logic. Cambridge: Polity Press, 2001.

_____. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 31, junho de 1996.

GOIÂNIA. Lei 7.957/2000 e 8.146/2002 – que institui incentivo fiscal em favor de pessoas físicas e jurídicas de direito – Disponível em <www.goiania.go.gov.br/.../cultura/leideincentivo/ajuntadas%20das%20leis%20-Lei%2...>. Acesso em: mar. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN>. Acesso em: mar. 2017.

IMB. Instituto Mauro Borges. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2017.

LEITE, A. T. B. Profissionais da mídia em São Paulo: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo. Tese (Doutorado) - UFSCar, Departamento de Sociologia, 2015.

MOYSÉS, A. (Org.). O estado de Goiás e a região metropolitana de Goiânia no censo 2010. Disponível em: <http://web.observatoriodasmegropoles.net/download/GOeRMG_Censo.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

PIB de Goiás chega a R\$ 165 bilhões e se firma como a 9ª economia estadual brasileira - Jornal O Popular, Goiânia, 28 de Nov. 2016. Economia. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/economia/pib-de-go%C3%A1s-chega-a-r-165-bilh%C3%B5es-e-se-firma-como-a-9%C2%AA-economia-estadual-brasileira-1.1186967>>.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. The global city, New York, London, Tokyo. Boulder: Westview Press, 1996.

SEBRAE. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. Julho/2014. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

SVENSSON, L. G. Occupations and Professionalism in Art and Culture. *Professions and Professionalism*, [S.l.], v. 5, n. 2, Aug. 2015. Disponível em: <<https://journals.hioa.no/index.php/pp/article/view/1328/1286>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

* Recebido em 15.07.2017. Aprovado em: 27.07.2017.

ALINE TEREZA BORGHI LEITE

Professora no Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da PUC Goiás. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. *E-mail*: alineborghi1@gmail.com

JULIANO DE CASTRO SILVESTRE

Administrador de Empresas pela PUC-GO. Pós-Graduado em Marketing pela UFRJ. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC Goiás. Goiânia, Brasil. Bolsista Taxista Capes. *E-mail*: adm-cultural@julianosilvestre@gmail.com